

[Formatação diferente da do texto impresso. Numeração de páginas no corpo do texto.]

A TRANSCRIÇÃO DO DISCURSO ORAL

Geraldo Cintra (USP)*

1. A transcrição de dados de língua falada é usualmente associada ao processo de representação gráfica de seqüências de elementos fônicos, vocábulos ou enunciados, utilizando-se para isso quer símbolos especiais (na transcrição fonética ou fonológica), quer, em certos casos, a própria ortografia, eventualmente acrescida de alguns sinais convencionais (como no registro de entrevistas ou na análise do discurso). Embora tal associação seja justificável, transcrever não é uma tarefa mecânica de substituição de elementos sonoros por símbolos gráficos, e decorre da interação de diversos outros fatores que determinam tanto o conteúdo quanto a forma da transcrição, fatores esses que dependem não só da natureza e objeto da pesquisa mas também do tipo de dados que se pretende obter.

O estabelecimento de quais são as necessidades do pesquisador é decorrente de “um posicionamento (ideológico) teórico, que permite estabelecer que fenômenos interessam à observação e por quê, quais de seus aspectos são relevantes para os fins pretendidos, e que grau de variação deles se espera ou se poderia esperar.” (Cintra 1992: 614-615).

Na grande maioria dos casos, o discurso que se pretende transcrever é espontâneo, não-planejado (cf. Ochs 1979), e nele o conteúdo e a forma de sua expressão vão se constituindo no decorrer do próprio processo da comunicação, em função de necessidades imediatas, sujeitos a incertezas, hesitações, correções, digressões, mudanças de foco e de direção, etc. (Cf. Chomsky 1965: 3-4; 1975: 83-84). Os enunciados que constituem esse discurso não podem ser considerados independentemente das condições de sua enunciação, nas quais o conteúdo factual está intimamente associado a considerações interacionais, que determinam qual dentre muitos discursos possíveis será o mais adequado àquilo que Grice (1975, 1982) denomina “o propósito ou direção do intercâmbio conversacional”.

Um discurso dessa natureza não pode, por conseguinte, ser comparado a nenhuma forma de expressão escrita, mesmo a mais espontânea (como a correspondência pessoal, por exemplo), pois dela difere não só no emprego da modalidade falada em oposição à escrita, mas também em tudo o que diz respeito ao tipo e situação de comunicação envolvidos e a todas as características a eles associadas.

* E-mail: gcintra@bn.com.br

A decisão quanto a que aspectos do discurso oral representar na transcrição tem de levar em conta o fato de que muitas características que poderiam ser consideradas como “imperfeições” dessa forma de expressão, mesmo sendo pouco significativas em relação ao conteúdo da mensagem, podem demonstrar-se altamente relevantes na interpretação do processo da comunicação e da participação dos interlocutores nesse processo.

2. A análise das convenções de transcrição adotadas na literatura da área, em geral baseadas no sistema proposto no clássico trabalho de Sacks, Schegloff & Jefferson (1974), e, entre nós, no trabalho pioneiro de Marcuschi (1986) e Castilho & Preti (1986), mostra uma preferência pela representação ortográfica do nível segmental, acrescida de alguns símbolos para a indicação da duração, do recurso a maiúsculas para a eventual indicação da intensidade, e também de comentários ocasionais referentes a características paralingüísticas. Observa-se ainda a representação esporádica de variantes de palavras (cf. Cintra 1992a: 616 a respeito do uso de ‘cuz’ por ‘because’ em Sacks, Schegloff & Jefferson 1974 e ‘comé’ em vez de ‘cumé’ em Castilho & Preti 1986), sem que se argumente em favor de tal decisão.

Como a duração não é linguisticamente distintiva em línguas como o inglês (língua analisada no texto de Sacks, Schegloff & Jefferson e em muitos outros textos fundamentais da área) ou o português (que aqui nos interessa mais particularmente), atribuir-lhe representação específica reflete um julgamento de relevância desse elemento supra-segmental, e caberia indagar por que não se atribui representação específica a outras características supra-segmentais (como a altura musical, pitch) bem como a características paralingüísticas que, embora não distintivas, também se encontram associadas a aspectos diversos da comunicação. Nota-se que frequentemente tais indicações de duração estão associadas a ênfase, pausas ou hesitação.

Fugiria ao âmbito deste trabalho analisar em pormenor a complexa interação de intensidade, altura e duração que estudos mais recentes (Massini-Cagliari 1992, 1993, entre outros) demonstram caracterizar a proeminência da chamada sílaba tônica, tradicionalmente interpretada apenas em função de seu grau de intensidade. O fato é que os elementos supra-segmentais, mesmo quando não distintivos, desempenham importante papel na expressão. Representá-los na transcrição não significa, por conseguinte, fazer “algumas concessões às características da produção oral” (Urbano 1993: vii), mas sim representar aquelas características do discurso oral que nele desempenhem alguma função de interesse para a análise pretendida.

É particularmente relevante a atenção dada às pausas, em geral consideradas apenas em sua duração e não em sua natureza. Em trabalho anterior (Cintra 1992a) apresentamos uma tentativa de classificação funcional das pausas, complementando a proposta por Câmara (1961, 1977), e em trabalho ainda inédito (Cintra 1992b) dedicamos maior atenção a diversos aspectos desse fenômeno. Conviria contudo lembrar que nem sempre a percepção de pausas na fala coincide com a definição de pausa como silêncio (cessação de fonação): o que se percebe como pausa é o resultado

de um processo psicoacústico, podendo estar associado a fronteiras sintáticas ou à duração de núcleos silábicos, entre outros fatores. (cf., p. ex., Martin 1970, 1972; Efron 1970a, 1970b; Klatt 1975; Massaro & Idson 1976, Idson & Massaro 1977).

No que diz respeito à notação da duração tanto de fonemas segmentais como de supra-segmentais, em particular

----- p. 390

as pausas, é preciso levar em conta que se trata de durações relativas e não absolutas, relacionadas com o ritmo, velocidade e andamento da fala, o que faz com que se torne pouco significativo o registro preciso da duração (facilmente obtido com os equipamentos de que hoje se dispõe). Embora valores cronometrados sejam mencionados em muitos trabalhos, de há muito se tem consciência de que é pouco significativa a duração absoluta, a não ser se comparada à de outros elementos do mesmo contexto. Nas antigas gramáticas do português já se encontra menção desse fato em João de Barros que, em sua *Grammatica da língua portuguesa* (1540) diz que as sílabas ocupam

Espaço de tempo, porque uas sam curtas e outras longas, como nesta diçam:
Barbora, que a primeira é longa e as duas sam breves, porque tanto tempo se gasta na primeira como nas duas seguintes. (Buescu 1969: 54; Barros 1971: 297)

A mesma constatação é retomada por Soares Barbosa:

Esta duração he toda relativa, bem como o he a das notas da Musica, em que huma não he mais longa senão comparada com outra, que o he menos. (1830: 27-28)

e, mais tarde, por Gonçalves Viana:

“Os intervallos podem ser maiores ou menores, estão porém sempre em relação de duração conforme a interdependência dos vocábulos.” (1892: 25; 1973: 179)

Assim sendo, a forma mais adequada de representação das pausas será aquela que leve em conta a duração relativa, consideração subjacente à indicação que se faz da duração vocálica por meio de : ou ::, sem referência a unidades de medida.

3. Ainda no domínio da fonologia, merecem particular atenção processos como

- a alternância *e/é, o/ó* em sílabas pretônicas (*coração ~ córação*)*
- a vocalização da lateral em final de sílaba (*mal ~ mau*)

* Todos os exemplos são de fala espontânea, representados graficamente por conveniência de impressão do texto.

- a realização da lateral como vibrante em posição final (*sor, mar* por *sol, mal*)
- e em grupos consonantais (*craro, broco, frô* por *claro, bloco, flor*)
- a alternância *eli, o/lu* em sílabas átonas
- a omissão de sílabas pretônicas em ambientes específicos (como em *tá, güento, péra, cê, cês* [seys], por *está, agüento, espera, você, vocês*)
- a monotongação dos ditongos *ou, ei* (*vô, falô, peixe*, por *vou, falou, peixe*)
- a ditongação de vogais simples, por hipercorreção (*douze* por *doze*)

Muitos desses fenômenos caracterizam variantes regionais ou sociais, ou representam processos diversos que se aplicam ou começam a aplicar-se na língua. Omiti-los (como, por exemplo, se admite explicitamente em Mota & Rollemberg, 1994: 16-17) pode seriamente comprometer a utilidade da transcrição para determinadas finalidades, como o estudo de características socioculturais.

4. O mesmo se aplica a processos morfofonológicos como

- a atualização como zero do morfema flexional de infinitivo verbal (*falá, dizê, i,* por *falar, dizer, ir*)
- a atualização como zero do marcador nominal de número (frequente mesmo na chamada fala culta)
- a contração de preposições com pronomes do caso reto antes de infinitivo, advérbios, numerais, etc. (*está na hora deul/dele fazer..., daonde = de (a)onde, prum = para um, preu, prele = para eu, ele*)
- o emprego de formas átonas de palavras (*não ~ num, para ~ pra ~ pr ~ p : prum; prucê, pucê* por *para você*)
- a realização de vogal nasal final como oral, por vezes surda (*homem > omim, omi, om_i; forum > fórum, fóru, fóru; foram > fôrum, fôru, fôr_u*)
- assimilações de fonemas no interior da sílaba (*nd > n*, como em *falanu, dizenu, saínu, quanu* por *falando, dizendo, saindo, quando; st > s* como nos demonstrativos *estelestalisto ~ esselessalisso* [morfológicamente condicionada]), através de fronteira silábica (*dexele* quieto, *desda* outra vez), ou, ainda, de sílabas idênticas ou semelhantes (*paralepípedo* – cf. Mota & Rollemberg 1994, p. 16-17)

5. No nível sintático, destaca-se a concordância, nem sempre realizada na fala de acordo com o sistema pleno, mormente nos registros mais informais, mas também nas variedades mais espontâneas da chamada fala culta. Essa aparente falta de concordância pode constituir característica de variantes sociais (como por exemplo em *eles num* *chegô*), mas pode também ser atribuída ao fato de o morfema nominal de flexão de número ocorrer em sílaba átona final, de baixíssima intensidade.

6. No que diz respeito ao vocábulo, temos a considerar fenômenos diversos, entre eles
- formas populares como *pobrema*, *mindingo*, um *chopps*, *próprio*, *previlégio*, *estrupe*, *seje*, *teje*, *menas*, *ansim*,

- - - - - p. 391

- formações que fogem ao uso corrente, como *respaldamento legal* (por *respaldo*), *abreveio* (por abrevio), etc.
- casos de ultracorreção (como em *pousar* por *posar*)

‘Em tais casos, qualquer tentativa de ‘corrigir’ ou ‘normalizar’ os dados não faz menos que desfigurá-los, tirando-lhes ao menos em parte a autenticidade’ (Cintra: no prelo), pois tais formas podem ser valiosas no estabelecimento de características sociolinguísticas do falante. Por motivos semelhantes, seria também conveniente manter formas ou construções que fujam ao uso padrão, mesmo que eventualmente corrigidas pelo falante, não apenas em questões de pronúncia ou estrutura, mas também na escolha inadequada de vocábulo (detergente por desodorante) e outros casos semelhantes, pois podem prestar-se a estudos de natureza diversa da prevista pelo pesquisador.

Poder-se-ia argumentar que, como a transcrição em geral se faz a partir de gravações, sempre se poderia fazer uma nova transcrição, adequada a finalidades específicas, mas a rigor isso nem sempre é viável. Uma vez publicadas tais transcrições, o texto impresso será o único acessível a grande número de interessados, e deveria, então, manter a maior precisão no registro, pelo menos no que diz respeito à representação acurada dos enunciados.

7. Em muitos trabalhos encontram-se comentários referentes a sistemas de notação e símbolos específicos, a supostas qualidades e defeitos do processo de transcrição, e mesmo a ‘uma incapacidade parcial para representar aspectos que se situam em nível de fonética e do supra-segmental’ (Urbano 1993: x), como se a transcrição tal como é praticada fosse um todo acabado e imutável. Toda transcrição é por natureza convencional, e como tal não só pode como deve ser modificada para representar o que quer que se deseje. Para isso, contudo, impõe-se uma cuidadosa interpretação teórica do fenômeno específico que se deseja representar — no nosso caso, o discurso oral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, J. S. (1830) **Grammatica philosophica da língua portugueza**. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- BARROS, J. de (1540) **Grammatica da lingua portuguesa**. Lisboa: Luís Rodrigues, apud Buescu 1969.
- (1971) **Gramática da língua portuguesa**. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras.
- BUESCU, M. L. C. (org.) (1969) **Textos pedagógicos e gramaticais de João de Barros**. Lisboa: Verbo.
- CÂMARA Jr., J. M. (1961) **Manual de expressão oral e escrita**. Rio de Janeiro: J. Ozon (reed. 1964, 1972).
- (1977) **Manual de expressão oral e escrita**. Petrópolis: Vozes (9a. ed. 1986).
- CASTILHO, A. T. de & D. PRETI (orgs.) (1986) **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo Vol. I: Elocuções formais**. São Paulo: T. A. Queiroz.
- CINTRA, G. (1992a) Transcrição da fala corrente: teoria e observação. **Estudos Lingüísticos XXI** (Anais de Seminários do GEL), Jaú. p. 614-620.
- (1992b) Para o estudo das pausas. IV Encontro de Fonética e Fonologia, Niterói (MS).
- (no prelo) Filologia Bandeirante: registro de entrevistas. In Megale, H. **Filologia Bandeirante: Estudos**, Vol. 1. São Paulo: Humanitas/USP.
- DASCAL, M. (org.) (1982) *Fundamentos metodológicos da lingüística: Problemas, críticas e perspectivas da lingüística*. Vol. IV: Pragmática. Campinas: Ed. do org.
- EFRON, R. (1970a) The measurement of perceptual duration. **Stadium Generale** 23. p. 550-561.
- (1970b) The minimum duration of a perception. **Neuropsychologia**: 8. p. 57-63.
- GOODWIN, C. (1981) **Conversational Organization: interaction between speakers**. New York: Academic Press.
- GRICE, H. P. (1975) Logic and conversation. In COLE, P. & MORGAN, J. L. **Syntax and Semantics**. Vol. 3: Speech Acts. New York: Academic Press. p. 41-58.
- (1982) Lógica e conversação. In DASCAL, M. (org.) 1982, p. 81-103.
- IDSON, W. L. & MASSARO, D. W. (1977) Perceptual processing and experience of auditory duration. **Sensory Processes** 1. p. 316-337.
- KLATT, D. H. (1975) Vowel lengthening is syntactically determined in connected discourse. *Journal of Phonetics* 3: 129-140.
- LASHLEY, K.S., (1951). The problem of serial order in behavior. In L.A. Jeffress (Ed.), **Cerebral mechanisms in behavior**. New York: John Wiley and Sons. p.112-36.
- LEHISTE, I. (1970) *Suprasegmentals*. Cambridge, MA: MIT.

- MARCUSCHI, L. A. (1986) **Análise da conversação**. São Paulo: Ática.
- MARTIN, J. G. (1970) On judging pauses in spontaneous speech. **Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior** 9. p. 75-78.
- (1972) Rhythmic (hierarchical) versus serial structure in speech and other behavior. **Psychological Review** 79/6. p. 487-509.
- MASSINI-CAGLIARI, G. (1992) **Acento e ritmo**. São Paulo: Contexto.
- (1993) Sobre a natureza fonética do acento em português. **D.E.L.T.A.** 9/2. p. 195-216
- p. 392
- MASSARO, D. W. & IDSON, W. L. (1976) Temporal course of perceived auditory duration. **Perception & Psychophysics** 20. p. 331-352.
- MOTA, J. & V. ROLLEMBERG (1994) **A linguagem falada culta na cidade de Salvador**: materiais para seu estudo. Vol. I: Diálogos entre informante e documentador. Salvador: Instituto de Letras, UFBA.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. & JEFFERSON, G. (1974) A symplest systematics for the organization of turn-taking in conversation. **Language** 50. p. 696-735.
- URBANO, H. (1993) Reflexões em torno de um tema metodológico no estudo da língua falada: a transcrição. *Intercâmbio III* (PUC-SP) p. i-xxi.
- VIANA, A. R. G. (1892) **Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros**. Lisboa; Imprensa Nacional. (reimpr. em Viana 1973).
- (1973) **Estudos de fonética portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional 1973.